



DA HISTÓRIA-PROBLEMA À NARRATIVA MICRO-HISTÓRICA

Daniel Vecchio¹

RESUMO: O surgimento da micro-história geralmente é tomado como uma reação a um certo estilo de história social que seguiu desde meados do século XX sob os auspícios do modelo da história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou à especificidade de culturas locais. No entanto, neste artigo, veremos que, depois desse desgastado embate, a micro-história parece ter ganhado muita importância num outro embate: ela parece ser uma estratégia historiográfica adequada para ultrapassar o desafio cético que recentemente subjugara a história ao nominalismo, como de fato ocorre nos estudos de François Furet, Paul Veyne e Hayden White. Essa história nominalista, ou história conceitual, ignora motivos, intenções, sujeitos e procura causas não intencionais nos processos de significação e interpretação do passado, afastando a história de uma relação mais estreita com o vivido e com o tempo. Diante disso, concluímos que assim como os narrativistas tradicionais foram ingênuos quanto à total confiança na capacidade do historiador de reconstituir através da narrativa o real enquanto tal, os conceitualistas foram confiantes demais na capacidade explicativa dos seus conceitos por somente desvendar a construção dos discursos das fontes. Neste ponto o trabalho do historiador apenas começa, por isso, ressaltaremos a micro-história como uma historiografia alternativa para explorar o passado vivido juntamente à polissemia de seus sentidos e suas representações narrativas.

PALAVRAS-CHAVES: Micro-história, Narrativa, Possibilidade, Significado, Carlo Ginzburg

ABSTRACT: The emergence of micro-history is usually associated with the reaction to a certain style of social history that has followed the model of economic history since the mid-twentieth century, using quantitative methods and describing general trends without attaching much importance to variety or specificity of local cultures. However, in this article, we will see that, after this worn-out clash, micro-history seems to have gained a lot of importance in another clash: it seems to be a historiographical strategy adequate to overcome the skeptical challenge that subjugated history to nominalism, as it would have occurred in the studies of François Furet, Paul Veyne and Hayden White. This nominalist history, or conceptual history, ignores motives, intentions, subjects and seeks unintentional causes, removing history from a closer relationship with the existence categories and with time. We conclude that just as the traditional narrativists were naïve about their reliance on the historian's ability to reconstitute the real, the conceptualists

were too confident in the explanatory capacity of their artificial concepts. In this point, the historical investigation has just begin, therefore we will highlight the micro-history as an alternative historiography to explore the past lived together with its polissemic representation.

KEYWORDS: Micro-history, Narrative, Possibility, Meaning, Carlo Ginzburg.

Entre os anos 1920 e 1960, a narrativa foi combatida precepidamente pelos historiadores dos *Annales*², que propuseram em seu lugar a história-problema e estrutural. O estudo de François Furet é uma das máximas expressões dessa passagem *Da história-narrativa à história-problema* (1986). Para ele, com a história-problema, o historiador não pretende mais contar o que de fato aconteceu.

O historiador aceita que constrói conceitos, que cria um “sistema de inteligibilidade”, que oferece uma “representação” do passado e não a sua “reconstituição” integral. Na história-problema, o historiador explica a sua elaboração conceitual, pois reconhece a sua presença na pesquisa: escolhe, seleciona, interroga, conceitua. Desse modo, Furet sustenta que a essa evidência conceitual da história é provavelmente superior, do ponto de vista do conhecimento, à narrativa:

A narrativa tradicional revelava a temporalidade linear, irreversível, da história psicofilosófica. Ela oferecia um “efeito de objetividade” ao fazer o real coincidir com a escrita. Narrar era “mostrar” o que de fato aconteceu. Ela pretendia fazer uma reconstituição única, “verdadeira”, do que de fato se passou. [...] Um dos primeiros a denunciar agressivamente esta história narrativa foi François Simiand, em seu artigo *Método Histórico e Ciência Social*, de 1903. (REIS, 2006, p. 19).

Os *Annales* opuseram a história-problema à narrativa tradicional achando ter solucionado definitivamente a aporia do conhecimento histórico. Ao romper com a narrativa, a história analítica visava romper com o evento único, fugitivo, incomparável. Entre alguns membros, predominou um excessivo otimismo quanto à possibilidade de se atingir cientificamente a inteligibilidade da história por meio dessa estratégia analítica por conceitos. Iludidos por essa limitação explicativa, alguns sustentaram até que a história não se referia mais ao tempo, em prol de fornecer ao discurso histórico um tratamento lógico e estrutural.

Uma das principais sistematizações da capacidade explicativa do conceito histórico foi feita por Veyne. Para ele, “o tempo não é essencial à história; [...], que só tem necessidade de processos inteligíveis – uma intriga.” (VEYNE, 1998, p. 22). Nesse sentido, os fatos que interessam ao historiador dependem da intriga que ele está construindo e não dos eventos registrados. Apesar de duvidar do rigor pleno dos

conceitos históricos e da totalidade da intriga, Veyne considera a história conceitual, a história-problema, uma história cientificamente conduzida, porque esvaziada de vivido.

No entanto, neste artigo, reavaliaremos criticamente essa perspectiva defendida por Veyne: o do conceito e o da intriga, pois ambos abolem o tempo humano em nome de uma prática científica menos experiencial: “Suas discussões epistemológicas são muito relevantes e bem conduzidas, mas ele chega a conclusões ahistóricas, [...]” (REIS, 2006, p. 21). Por essas conclusões, nas últimas décadas do século XX, a história-problema e seu viés estruturalista começam a entrar em crise. A Escola dos *Annales* deixou ao poucos de ser o centro dominante da pesquisa histórica e passou a não controlar mais o “regime de verdade” da sua comunidade de historiadores: “O historiador tornou-se tão crítico da história-problema quanto os *Annales* foram da narrativa tradicional e do evento. [...]. A análise lógico-estrutural tornou-se excessivamente abstrata, estática, ahistórica, anônima, sem eventos e homens” (REIS, 2006, p. 19).

Por outro lado, espera-se da história uma relação mais estreita com o vivido, com o tempo e suas variações, visto que a forma conceitual tornou-se insatisfatória por negar essa dimensão diversificada, prendendo-se muitas vezes ao tempo presente do qual todos os discursos e percepções são provenientes: “assim como os narrativistas tradicionais eram ingênuos quanto à confiança na capacidade do historiador de reconstituir o real enquanto tal, os conceitualistas eram confiantes demais na capacidade explicativa dos seus conceitos artificiais e abstratos. Eram ambos ingênuos.” (REIS, 2006, p. 19-20).

Em consideração a tais embates historiográficos, muitos pensadores lançam luz aos seus objetos do passado, porém uma luz prismática, multifocal. A micro-história³, que será aqui nosso principal exemplo, é uma das frentes investigativas fundamentais para a reconstrução da narrativa historiográfica em seu viés prefigurativo. Contra as abstrações da história-problema, mas superando-a e conservando-a no interior do discurso narrativo, a inteligibilidade histórica não pode simplesmente excluir o vivido. Aliás, a narrativa histórica ao incluir o vivido, não se torna, por isso, incompatível com a inteligibilidade lógica das estruturas narrativas de pensamento e comunicação.

Por isso, é preciso defender o caráter simultaneamente narrativo e temporal do conhecimento histórico, visto que “estas são as formas que temos para oferecer inteligibilidade ao vivido ao articular a representação dos eventos passados. Toda escrita histórica que privilegie o vivido contra a estrutura narrativa ou o inverso é insatisfatória.” (REIS, 2006, p. 22-23). Nessa “síntese heterogênea” de narrativas e

sentidos preexistentes à figuração, a história é produzida por uma imaginação criteriosa e produtora, que cria novas pertinências semânticas, bem como novos sentidos ao passado.

Esse resgate prefigurativo da história perante à própria estrutura narrativa que a funda nos leva direto à herança filosófica de Platão, que procurou demonstrar em sua “metafísica”, um tempo sempre anterior, um tempo sempre vivido (do passado) que nunca foi somente movimento, extensão e imagem (do presente). Essa defesa pode ser constatada nos diálogos *Timeu* e *República*, em que há referências a um tempo sempre anterior e permanente (passado), que existe para si (presente), tal como se acha nas partes que tratam da criação demiúrgica e da reminiscência, que evidentemente não abordaremos aqui.

O que queremos é apenas dizer que a descoberta de Platão é a de um tempo anterior a sua própria figuração, sendo essa anterioridade para ele a dimensão metafísica por excelência. A mesma linha de raciocínio segue na hermenêutica moderna, especialmente com Wilhelm Dilthey⁴, obra que visa identificar uma interpretação de dados do passado preexistentes à figuração por meio da categoria de “compreensão”, definindo-a como “o reconhecimento da intenção de um autor do ponto de vista dos endereçados primitivos, na situação original do discurso.” (RICOEUR, 2013, p. 37).

Com base nesse reconhecimento intencional do discurso, até podemos dizer que as ciências humanas foi constituindo para si uma base autônoma, diferenciando suas metodologias das ciências da natureza e fazendo parte da problemática geral de derivação dos níveis de sentido e temporalização. Trata-se de, sobretudo, trabalhar com um conceito bem fundamentado na preteridade: o passado exerce efeitos consideráveis sobre o presente e não somente o inverso como geralmente pregava a topologia de Veyne.

Portanto, essa complexa relação entre o sentido referencial e o sentido figurativo, uma das heranças de nossa filosofia milenar, nos proporcionará aqui uma linha diretriz adequada para avaliar como a micro-história de Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg, reconheceram e sistematizaram novas articulações e conceitualizações do passado perante a toda essa problemática da anterioridade histórica, levando em conta a assimilação dos campos semânticos das fontes documentadas numa relação plena de significados e representações possíveis.

O JOGO DAS POSSIBILIDADES MICRO-HISTÓRICAS

Na investigação dos sentidos históricos que constituem a base dos discursos, observamos que uma parte considerável dos historiadores ocupou-se com elementos

excessivamente macroscópicos. Uma marca bastante visível disso pode ser encontrada em inúmeros estudos que recorreram à sociologia para explorar o contexto histórico dos objetos investigados. As explicações históricas, sob essa influência, elucidavam os mecanismos causais tendendo a descrever o passado como um feroz mecanismo de necessidades biológicas, políticas e econômicas: "Introduziu-se, assim, uma visão evolucionista, apologetica do presente e do fato existente." (LEVI, 2009a, p. 15).

Já estão mais do que reconhecidas como fardo essas pesadas estruturas herdadas da filosofia e da sociologia na história: "O impacto sobre o vocabulário em circulação nos debates centrais da historiografia mostra isso: noções como "classe", "estrutura", "organização social" foram sendo menos ouvidas, enquanto termos como "identidade", "gênero", "subjetividade" e "representação" tomavam clamorosamente a dianteira." (LIMA, 2009, p. 135).

Se tomarmos os primeiros textos em que se anuncia a micro-história, reconheceremos imediatamente que são essas as preocupações que estão no horizonte do debate: a necessidade de se construir modelos explicativos que extrapolassem a linha estruturalista de análise do passado: "A micro-história nasceu da necessidade de recuperar a complexidade das interpretações; da renúncia, portanto, às leituras esquemáticas e gerais, para realmente compreender como se originavam diferenças nos comportamentos, escolhas e solidariedades." (LEVI, 2009a, p. 11).

A palavra micro-história já aparecia na introdução de Fernand Braudel para o *Tratado de Sociologia* organizado por Georges Gurvitch (1958), mas sem significação concreta reconhecida. Na realidade, para Braudel, *microhistoire* era um tipo secundário de elemento serializável, um "fato do cotidiano, repetição, regularidade, multiplicidade, [...]." (GINZBURG, 2007, p. 253). A possibilidade de construção do conhecimento científico para Braudel era legítimo somente por meio do que podia ser considerado repetitivo ou regular. No entanto, sob esse critério, a micro-história continuava condenada, pois a palavra, evidentemente calcada em microeconomia ou microsociologia, permaneceu circundada de um halo tecnicista e quantitativo. Sendo assim, um objeto micro-histórico só podia ser escolhido por ser típico ou por ser repetitivo nos termos desse historiador da *École des Annales*.

Porém, as pesquisas micro-históricas enfrentaram a questão do conhecimento histórico de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta: através da anomalia, e não através da analogia, sendo a primeira "potencialmente mais complexa, por ser exatamente a documentação mais improvável: a <<exceção normal>>, como foi dito por Edoardo Grendi [...]." (GINZBURG, 2007, p. 277). O fato do conhecimento histórico implicar a construção de séries documentais quantitativas era uma obviedade entre os historiadores da época. No entanto, menos óbvia era a atitude iniciada por

Grendi, Ginzburg e alguns outros intelectuais como Giovanni Levi, que tinha como fundamento valorizar as anomalias específicas que afloram na documentação.

Nesse mapeamento qualitativo, evidencia-se a importância dos estudos filológicos e narrativos para a formulação dos indícios subjetivos indicados por tais anomalias, tornando evidente a relação entre a representação discursiva e o ensaio como uma forma privilegiada para seu cotejo. Ginzburg soube transportar cautelosamente tais operações para a investigação historiográfica:

Ginzburg afirma que a investigação sobre as anomalias documentais através de trocas, hibridismos e influências seria muito mais do que propor formulações teóricas gerais e abstratas. A conformação dos textos em ensaio, portanto, revela uma atitude reticente do autor para propor respostas para os problemas da historiografia hodierna; [...]. O gênero ensaio parece ser a forma de escrita adequada para ultrapassar o desafio cético que questionara imperativamente a história serial. (OGAWA, 2010, p. 28).

Segundo Edoardo Grendi, há duas vertentes da microanálise histórica que propõem essa ultrapassagem simultânea da história serial e do ceticismo narrativista: uma delas, representada antes de tudo por Carlo Ginzburg, detém-se numa problemática histórico-cultural. A segunda vertente microanalítica, na qual se incluía, Grendi qualificava como voltada para a contextualização social, interessada na reconstrução de redes e de relações sociais. (GRENDI, 2009b). Tal quadro abstrato que divide arbitrariamente a micro-história social da micro-história cultural permaneceu não resolvido no plano da discussão teórica. Isso talvez tenha se mantido como uma das fontes de renovação do próprio debate.

Essa divisão arbitrária parece não se sustentar se observarmos alguns dos principais trabalhos que levaram adiante as exigências que a microanálise havia colocado em pauta já em suas primeiras décadas. Por exemplo, no livro de Giovanni Levi, *A herança imaterial* (1985), a cultura detém um papel importante e confunde-se com o modo pelo qual os sujeitos sociais organizavam suas vidas e o horizonte de racionalidade em que suas ações operavam.

A cultura, desse modo, é lida através dos comportamentos dos atores sociais: a lógica que guiava as estratégias dos grupos e mapeava um conjunto de valores e de princípios comuns que davam sentido às escolhas familiares, à lógica do mercado de terra, à política e assim por diante. O que Levi evitava fazer em seu livro era pensar a cultura como um elemento autônomo, autossuficiente em si, operador pleno de contextos históricos.

A investigação que realiza nesse livro sobre a trajetória de Giovan Battista Chiesa não procura alinhar-se ao sentido geral da pregação do padre exorcista nos

livros religiosos ou nos manuais de exorcismo, mas sim aos modos possíveis com que os camponeses que seguiam Chiesa organizavam seu complexo horizonte de expectativas e suas relações sociais:

Na situação que narraremos aqui as categorias interpretativas são outras: a ambiguidade das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, a quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e de sanções. Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrictão. Na verdade, a incoerência entre as normas, a ambiguidade das linguagens, a incompreensão entre grupos sociais ou simples indivíduos, a ampla inércia ditada pela preferência por um estado habitual ou pelos custos que derivam de escolhas feitas em condições de extrema incerteza não são obstáculos que nos impeçam de considerar esta sociedade como sendo ativa e consciente em cada uma de suas partes, nem de vermos seu sistema social como o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena embora limitada. (LEVI, 2000, p. 46).

Em *A herança imaterial*, nos deparamos com uma pesquisa intensiva sobre as formas de organização da vida camponesa, no funcionamento do mercado de terras, no estudo das relações verticais e horizontais operadas pelos vários sujeitos sociais, bem como na reflexão sobre as imaterialidades dessas relações: os imaginários, o cotidiano, as práticas e as representações receberam estatura categórica e ampliaram seus desdobramentos a partir da proposta investigativa e inferencial dessa historiografia. A micro-história é uma prática essencialmente baseada na redução de escala de observação, em que a narrativa é mais do que um mero suporte expressivo: as narrativas microscópicas se mostraram como um estudo intensivo do material documental, “revelando fatores previamente não observados.” (GUERIOS, 2011, p. 17).

O que normalmente se objeta à microanálise histórica é que não se pode explicar o comportamento do grupo isolando-o numa suposta generalidade interpretativa: “Recordo que a instância da microanálise parte exatamente do confronto com a tendência triunfante de explicar o comportamento dos grupos sociais ignorando-os.” (GRENDI, 2009b, p. 48). São os *modus operandi* que a micro-história vai cercando ao longo das suas primeiras décadas de existência, tendo em comum a

estratégia de se afastar dos holismos sem deixar de lado os fenômenos investigados.

Há pelo menos duas circunstâncias nas quais Levi se dedica a explorar e discutir sobre essa estratégia que brota do debate que ele trava com o antropólogo Clifford Geertz e o historiador Robert Darnton. A primeira delas é uma resenha muito crítica sobre o livro recém-publicado de Darnton, *O grande massacre de gatos* (1984). O título do estudo de Levi é *Os perigos da geertzismo*. Nele, critica-se fortemente os pressupostos intelectuais de Darnton, sobretudo sua proposta de aproximar a investigação histórica do modelo holístico de Geertz.

Na esteira do antropólogo americano, Darnton propunha o modelo de uma disciplina interpretativa que, baseada na leitura intensa de episódios singulares, fosse capaz de atravessar a opacidade do passado, reconstituindo seus significados historicamente localizados (DARNTON, 1986). O eixo central do livro era a ideia de que o mundo social deveria ser encarado como um texto a ser decifrado. Por sua vez, a crítica de Levi apontava exatamente para a debilidade intelectual de uma análise histórica construída em bases extremamente imperativas: a “descrição densa” (GEERTZ, 2008) não resultava num verdadeiro ganho cognitivo, apenas ilustrava um contexto estático:

Parece-me que uma das principais diferenças de perspectivas entre a micro-história e a antropologia interpretativa é que a última enxerga um significado homogêneo nos sinais e símbolos públicos, enquanto, a micro-história busca defini-los e medi-los como referência à multiplicidade das representações sociais que eles produzem. Portanto, o problema não é simplesmente aquele do funcionamento do intelecto. Há também o perigo de se perder a visão da natureza socialmente diferenciada dos significados simbólicos e consequentemente de sua qualidade em parte ambígua. (LEVI, 1999, p. 143).

O projeto da microanálise apontava para uma maneira distinta e muito mais complexa de enxergar o processo de construção dos significados. Esse debate é especialmente produtivo. A crítica de Levi a Darnton e, através dele, a Clifford Geertz deve ser lida contra o fundo dos vários paralelos que se pode enxergar entre a micro-história e a proposta da “descrição densa” formulada por Geertz, bem como a toda uma maneira alternativa de pensar a história cultural que ali ainda se desenrolava.

O movimento reflexivo de Giovanni Levi vai ao encontro do pensamento de Carlo Ginzburg ao propor uma micro-história que foge do holismo antropológico e constitui-se como mediação entre os aspectos referenciais e subjetivos da história. Essa é uma das preocupações fundamentais de Ginzburg, que deságua diretamente no debate que realiza sobre os limites da história das representações e a necessidade

de levar a sério o desafio daqueles que achavam por bem dissolver os limites entre a história e a ficção:

Quando Carlo Ginzburg anunciava seu desejo de subtrair-se à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo, estava, ao mesmo tempo, abrindo um espaço de interlocução contundente com toda uma tradição presente na investigação histórica que se estruturou como procedimento teórico-metodológico entre os séculos XIX e XX. Movido a buscar um ancoradouro conceptual renovado, prestou especial atenção aos "tempos dentro do tempo". (FREITAS, 1999, p. 15-16).

O que se vê na micro-história de Ginzburg são as estratégias familiares e individuais, confrontadas com realidades econômicas, com relações hierárquicas, num jogo de trocas entre referente e imaginário. Assim, as condutas da micro-história têm por finalidade confessa não reduzir as incertezas, mas simplesmente compor com elas. A contribuição de Ginzburg é então o de estabelecer uma dialética do indício e do testemunho no interior da noção de rastro e silêncio, proporcionando ao conceito de documento toda sua envergadura referencial e imaginária.

Desse modo, a forma do acontecimento histórico, no seu entender, pode ser acessada por recorrência aos indícios, ou melhor, por um método indiciário capaz de colocar em suspenso a verdade histórica em prol da verossimilhança das fontes. Esse método pode ser examinado pelo seu processo de analisar os pormenores semânticos negligenciados na interpretação de uma dada documentação, abrindo assim, por meio do silêncio das fontes, novas narrativas sobre o passado. Os vestígios desempenham, assim, um papel importante na corroboração dos testemunhos, como o confirmam as perícias policiais e a interpretação dos testemunhos orais ou escritos em muitas narrativas contemporâneas⁵.

É, portanto, a própria semântica que se revela aqui como força indiciária. É a essa relação com a singularidade dos sentidos que Ginzburg vincula o caráter probabilístico do conhecimento histórico, afirmando que a objetividade é muito mais complexa do que apenas materializar ou conceituar discursos e fatos. Essa sensibilidade necessária para o alargamento da objetividade histórica reveste-se de um caráter insólito num momento em que a crítica do realismo ingênuo está em seu apogeu em nome do nominalismo pós-moderno, em que prevalece a autorreferencialidade das construções lingüísticas, tornando impossível a identificação de qualquer elemento da realidade.

Porém, a tarefa do historiador frente aos acontecimentos históricos não se limita à habitual caça à falsificação representacional. Diante de Hayden White, Carlo Ginzburg faz uma defesa vibrante não do realismo, mas da própria realidade histórica

a partir do ponto de vista de seu método indiciário. A insistência de Ginzburg no manejo da prova deve ser vinculada à luta que o autor trava contra a dúvida absoluta instilada na profissão historiadora por autores como Hayden White e Paul Veyne, sempre à espreita dos tropos do discurso historiador.

Para Ginzburg, as noções de prova e de verdade são, pelo contrário, parte integrante do ofício de historiador. Todavia, para um juiz a prova é plenamente legítima e deve concluir uma narrativa, reinstaurando uma distância entre o culpado e a vítima, segundo uma tipologia imperiosamente binária. Tudo isso, o historiador não quer fazer; se o tenta paga o preço da falibilidade e da precariedade de um testemunho, cuja parcialidade todos reconhece. Ao contrário, na falta de prova ou de qualquer tipo de omissão, o trabalho do historiador, segundo Ginzburg, não termina como o do juiz, justamente porque a história nos oferece um campo ilimitado de significados e revisões que faz da escrita historiográfica uma perpétua reescrita.

Essa abertura para a reescrita marca a diferença entre um julgamento histórico provisório e um julgamento judicial definitivo. O complexo trabalho de esclarecimento e de argumentação implicado na crítica do testemunho não se faz sem correr os riscos próprios de uma disciplina definida por Carlo Ginzburg como “o paradigma indiciário”. Nesse sentido, a noção de prova documental deve ser explorada articuladamente e com moderação.

Para tanto, Ginzburg elege o verossímil aristotélico como uma das chaves para compreendermos que a representação do passado é menos anacrônica e mais polissêmica por percorrer os horizontes metafóricos das fontes históricas, colocando, assim, em suspenso qualquer categorização absoluta do real⁶. Nesse processo fundamentado pela verossimilhança, “a metáfora surge numa ordem já constituída por um jogo regrado de relações: subordinação, coordenação, probabilidade, proporcionalidade, igualdade ou diferença de relações” (RICOEUR, 2000, p. 42), que consiste em flexibilizar e, sobretudo, violar um dos significados desse jogo, transgredindo a estrutura lógica de um conteúdo e ou mesmo de uma linguagem para abrir diferentes interpretações de um mesmo evento ou ação.

Por meio da metáfora, os rastros nos fornecem dados mais coerentes, fundados em possibilidade, e não a prova absoluta e categórica de algo, visto que a história não almeja mais uma certeza, e sim esclarecimentos acerca de suas representações possíveis. Isso fez Ginzburg perceber aos pouco que a metáfora, mais do que uma função de linguagem, pode ser uma importante ferramenta de análise, leitura e reinscrição das fontes históricas, obtendo uma função cognitiva ao permitir o investigador explorar as lacunas narrativas dos episódios históricos sem cometer o erro de extrapolar as possibilidades de relação dos *gaps* encontrados nas

fontes.

Ginzburg afirma, com os quinze ensaios reunidos em *O fio e os rastros*, que nas últimas décadas os historiadores passaram a dar maior atenção a essas e outras muitas questões, compreendendo aos poucos o caráter narrativo de sua escrita e sobretudo o potencial metafórico das fontes que pesquisa, questões que incitam múltiplas abordagens. Essa tensão recente do ofício de historiador forma o enredo principal da mencionada coletânea de ensaios, demonstrando que “a mistura de realidade e ficção, de verdade e possibilidade, estiveram no cerne das elaborações cognitivas de nosso tempo” (GINZBURG, 2007, p. 334).

Para uma prática inferencial mais coerente e menos especulativa, segundo Ginzburg, “o verdadeiro e o fictício deveriam ganhar contornos mais híbridos, ao se desfazerem as distinções radicais até então aceitas entre esses conceitos, e que se tornaram totalmente desajustadas para a compreensão do passado, de acordo com a interpretação dita cética ou pós-moderna.” (ROIZ, 2009, p. 336).

Tal interpretação nada mais faz do que discordar daqueles que apenas acusam a história de produzir ficções sobre o passado, como se a ficção não contivesse verdades e como se história não permitisse interpretações sobre seus próprios modos de conduzir os fatos. Diante dessas ressalvas, é preciso afirmar que a aceitação, essencialmente relativista, de descer a esse terreno estruturalista da história faz da categoria “realismo”, usada por muitos que se dizem céticos da verdade histórica, uma fórmula bastante carente de conteúdo e articulação.

Como afirma o próprio Ginzburg, o fato de uma narração histórica se assemelhar discursivamente a uma narrativa ficcional é atualmente algo óbvio. Ainda alerta que esse “refinado” ceticismo que inspira a rejeição do chamado “erro referencial” leva-nos a um beco sem saída, a uma base cognitiva insustentável. Para a ciência, o falso e o simulado infelizmente são apenas erros que devem ser eliminados. Contudo, se nas ciências a verdade torna-se uma questão de acerto e erro, nas humanidades, a verdade é a inacessibilidade do real, fazendo do erro e da incerteza suas matérias-primas.

Diante dessas problemáticas, podemos compreender e interpretar os discursos da história pelos rastros narrativos que alimentam o horizonte de expectativa das próprias fontes. Trata-se de uma questão bastante atual visto que “na era das catástrofes e pós-catástrofes, devemos aprender a ler a cultura como um conjunto de relações de poder sobre as ruínas da barbárie contemporânea” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 18).

EXERCÍCIOS DE MICRO-HISTÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE CARLO GINZBURG

As principais obras de Carlo Ginzburg, adotando um critério temático para fins explicativos, podem ser divididas em duas grandes partes: inicialmente dedica-se ao estudo da cultura marginal, formando um longo e complexo debate entre história e antropologia. Posteriormente, dedica-se às questões mais concernentes ao âmbito da teoria da história, fornecendo-nos algumas das reflexões que apresentamos até aqui.

Na primeira parte destacam-se curtos e longos estudos monográficos, como a já mencionada obra *Feitiçaria e Piedade Popular, Os andarilhos do bem* (1966), *O queijo e os vermes* (1976) e *História Noturna: decifrando o sabá* (1989), sendo comum entre esses estudos o problema da alteridade, sempre presente de alguma forma nas temáticas dos seus trabalhos. Conhecido inicialmente por tais monografias, o historiador italiano passou a produzir majoritariamente, num segundo momento, artigos e conferências sobre teoria da história, escritos que depois eram transformados em ensaios.

Essa segunda parte mais teórica se inaugura com *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1979), em que são tecidos comentários consistentes sobre o caráter científico da história. A epistemologia da história vai assentar definitivamente seu espaço e sua necessidade em *Provas e possibilidades* (1984), que está presente também como posfácio da edição italiana do livro *O retorno de Martim Guerre* (1983), de Natalie Zemon Davis.

De 1991 a 2006, Ginzburg se enveredará ainda mais nos caminhos da teoria da história. Tal período compreende cinco importantes estudos: *O juiz e o historiador: notas marginais de um caso de injustiça do final do século XX* (1991), *Olhos de madeira* (1998), *Nenhuma ilha é uma ilha* (2000), *Relações de força: história, retórica, prova* (2002) e a já mencionada coletânea *O fio e os rastros* (2006).

Nos estudos de Ginzburg, é comum o apelo à micro-história, revelando-se por meio dela um modo similar de abordar as fontes, a forma da exposição e da narrativa, a atenção às anomalias da documentação e o seu detalhe instigante. Porém, tal essência investigativa e criativa de seus trabalhos parece por vezes subvertida por interpretações divergentes. A micro-história de Ginzburg é apropriada em diferentes aspectos de acordo com o país de recepção, sendo marcante a diferença entre as leituras que dela se fazem nos Estados Unidos e na França, por exemplo.

No caso da França, a micro-história foi tomada insistentemente como um modelo complementar às correntes estruturalistas-funcionalistas, que observavam imperativamente os grupos sociais, as massas e as classes, e descartavam as

particularidades complexas, prezando sempre pelas leis gerais de explicação histórica⁷. Tal crítica à recepção francesa da micro-história pode ser constatada em alguns estudos presentes no livro organizado por Jacques Revel, intitulado *Jogos de Escala: experiência da microanálise* (1996). Nesse livro temos, por exemplo, o texto de Marc Abélès, *O racionalismo posto à prova da análise*, que parte de rápidas considerações a respeito do lugar das análises microscópicas entre os antropólogos, que por vezes chegam mesmo a fetichizar o micro como sendo o lugar do desvendamento pleno dos fenômenos sociais.

Ginzburg foi também mal compreendido nos Estados Unidos, sendo recebido pelos norte-americanos como um historiador cético, “pós-moderno”, principalmente por causa de sua produção ensaística. Por isso, durante sua carreira docente na Universidade da Califórnia entre os anos 1988-2008, ele fez questão de envolver-se nas polêmicas suscitadas por Hayden White, docente dessa mesma universidade, buscando explicar as diferenças entre seu modo de pesquisar e narrar história, no qual se *cruzam* literatura e realidade, em oposição a certo relativismo ou ceticismo epistemológico que havia se disseminado nos meios acadêmicos e artísticos nessa.

Algumas décadas de circulação de teses céticas generalizaram os pressupostos de que a finalidade da historiografia é a invenção e o convencimento, não a verdade, por serem os textos historiográficos e os ficcionais igualmente articulados por uma dimensão estilística. Mas, para Ginzburg, como vimos anteriormente, é possível sustentar que na história o conteúdo de tais textos está ao mesmo tempo dentro e fora dessa dimensão figurativa e que as forças estruturantes não excluem obrigatoriamente o os sentidos históricos que antecedem os discursos, argumento esse tomado por Ginzburg como o princípio de realidade. Esse princípio, segundo ele, nos permite enxergar minimamente as relações de força vigentes numa sociedade que interpreta seu próprio legado histórico.

Desde *O queijo e os vermes*, Ginzburg alegava que a incerteza metodológica, derivada da “exasperada consciência da violência, que pode estar oculta por trás da mais normal e inocente operação cognitiva e discursiva” (GINZBURG, 1988, p. 22), e unida ao medo do positivismo ingênuo, propiciara nos meios intelectuais europeus e norte-americanos certo niilismo, que recusa a possibilidade de análise dos indícios e das marcas fenomenológicas que se espalham pela estrutura lexical das fontes escritas. Ele avaliava, ainda, que esse tipo de operação, em última instância, “fecharia qualquer via para interpretar a alteridade, correndo o risco de um irracionalismo estetizante ou do êxtase do estranhamento absoluto que torna o discurso dos indivíduos e dos grupos irredutíveis à análise e à compreensão.” (VIEIRA, 2012, p. 2-3).

Contra essa tendência, ressalta Ginzburg que uma maior consciência da dimensão narrativa não implica a anulação das possibilidades de representar o passado, mas, ao contrário, implica sua legitimação. Tendo como objetivo o estudo das fontes históricas por meio da imagem aparente que uma sociedade quer deixar de si própria, o historiador italiano defende que a narrativa historiográfica deve deixar de ser fundamentada “na contraposição entre verdadeiro e inventado, para se revelar como uma representação que integre a realidade discursivamente construída e suas outras possibilidades representativas” (GINZBURG, 2007, p. 315). Para isso,

é preciso reconhecer que alguns livros de história têm uma estrutura mais narrativa do que outros. Porém, o que, em geral, é ressaltado não é o campo de conhecimento identificável nas narrações de ficção, por exemplo, nas narrativas romanescas, mas sim o nível fabulatório identificável nas narrações com pretensões científicas – a começar pelas narrativas historiográficas. (GINZBURG, 2007, p. 326).

Para Ginzburg nenhum historiador sensato repeliria a existência do testemunho, invalidando-o pela sua parcialidade discursiva. Ginzburg adverte que a prova para o historiador nunca tem caráter de certeza absoluta. Sua ideia de testemunho é destituída desse caráter, pois não cabe a ele o papel de provar totalmente um fato. Diante desse impasse, recorre-se ao cotejo das ideologias e dos elementos simbólicos ausentes num documento, fazendo parte do ofício do historiador a prática inferencial, prática essa que buscará através das metáforas os silêncios e as dissimulações das fontes históricas:

A arte de ler e inscrever rastros e o testemunho da violência fazem parte de um movimento de se apoderar das narrativas caladas e apagadas. A arte mais imanente, calcada no significante, nos restos, volta-se para sua tarefa de salvar os fragmentos do real. Nela persiste a indiferenciação entre ficção, falsificação, ilusão e realidade, mas ela tem um compromisso com a verdade, por mais subjetivado que esse conceito apareça. (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 42-43).

Com base nessas considerações, quando se trata de explorar algum ponto silenciado ou dissimulado, nós não o identificamos sempre através de marcas inteiramente formais, mas, sobretudo, através de pistas, traços, fissuras, rupturas e falhas, sinais esses pelos quais ele se mostra fugazmente, e que se constitui como prova necessária para o preenchimento das anomalias documentais e monumentais. Não se trata de um conteúdo silencioso que teria permanecido implícito, que constituiria uma espécie de subdiscurso mais fundamental, voltando agora à luz do dia, trata-se de uma modificação no princípio de exclusão e de possibilidade das escolhas,

modificação que é devida à sua inserção numa nova constelação temática e discursiva.

Naturalmente, os documentos não são neutros, a informação que nos fornecem não é nada objetiva. Para decifrá-los, “devemos aprender a captar por trás da superfície lisa do texto um sutil jogo de ameaças e medos, de ataques e retiradas. Devemos aprender a desembarcar os fios multicores que constituíam o emaranhado desses diálogos.” (GINZBURG, 2007, p. 287). Dessas fissuras retira-se a matéria subjetiva do texto, que nada mais é do que a evidência do que está por trás dos enunciados, por trás das manipulação das fontes, “explorando as suas implicações gnosiológicas e readequando-a em elemento narrativo.” (GINZBURG, 2007, p. 271).

Nessa estratégia semântica da narrativa historiográfica provocada pela micro-história, é preciso, acima de tudo, delinear as marcas de um fato no entorno do qual giram suas possibilidades e probabilidades de representação, percebendo-as por meio das inferências metonímicas do mundo histórico. Em “Prova e possibilidade”, Ginzburg ressalta que se a literatura é capaz de articular aspectos da realidade histórica com toda sua bagagem estética e crítica, e a história, mesmo com sua base tropológica, não deixa de comportar tais aspectos sem deslegitimar por completo a integridade de seu conteúdo analítico apresentado:

Aprende-se do autor de *Mímesis* [Eric Auerbach] que [...] a representação literária e o fragmento possuem força heurística e cognitiva para ler o tempo histórico; que a *mimese* como *modus operandi* da história não é questão meramente retórica, mas de *poiesis* no sentido mais amplo do fazer estético e social, que inclui *práxis* no sentido originário dos termos: ação/reflexão que lidam com a potência e limites da forma e da liberdade. (MEIRA, 2012, p. 10).

A linha de pesquisa de Ginzburg volta-se eminentemente a essas discussões, recuando no tempo para mostrá-las em outros contextos e defender a crítica interna de que é possível construir conhecimento histórico mesmo a partir do erro dos documentos, mesmo por meio dos vestígios escassos de um passado quase apagado nos registros, de modo que, a partir dos fragmentos erodidos pelo tempo e manipulados pela história, “se pode construir a contrapelo uma história mais atenta e plural a partir das falsas construções” (GINZBURG, 2007, p. 93).

Em vista disso, a história se propõe a reconhecer os sentidos criados no processo de reconfiguração das fontes pela literatura, articulando com os sentidos históricos alojados nos recônditos simbólicos das fontes. A micro-história visa, assim, uma narrativa que tem por natureza preencher as lacunas dos registros históricos, pretendendo estabelecer um diálogo entre narrativa, ficção e novas possibilidades explicativas para os fatos sociais.

O livro *O retorno de Martin Guerre*, escrito pela historiadora Natalie Zemon Davis, nos aproxima dessa estratégia narrativa compartilhada pela micro-história. Usando procedimentos narrativos com a verossimilhança, as conjecturas e as analogias, narra uma história de impostura e de falsa identidade ocorrida numa aldeia francesa na região do Languedoc, na metade do século XVI. Davis suscitou com essa obra interessantes reflexões em torno da relação entre texto histórico e texto ficcional.

Foi a estrutura narrativa e o modo de interpretação que Davis deu à história os motivos que mais provocaram críticas quanto ao seu método de pesquisa e principalmente quanto aos limites e as distinções entre texto histórico e ficção. Davis usa uma expressão no mínimo controversa para os historiadores. Ela diz recorrer a outras fontes da mesma época e região para encontrar homens e mulheres semelhantes a Martin, Bertrande e Arnaud. Já que não é possível ter acesso aos seus pontos de vista, nem às suas falas, Davis ofereceu aos leitores uma invenção construída pela atenta escuta das “vozes do passado.” (DAVIS, 1987, p. 21).

Teria a historiadora norte-americana cometido um deslize, um erro ou uma imprudência metodológica imperdoável no tribunal dos documentos ou uma afronta à soberania das fontes? Pode o historiador inventar vozes? Certamente que não, e ressaltamos que o verbo inventar foi utilizado pela autora com um sentido diferente e mais complexo em relação a sua definição trazida pelo desgastado binômio verdade e mentira:

Mas como fazem os historiadores para trazer à superfície tais informações das profundezas do passado? Esquadrinhando as cartas e diários íntimos, as autobiografias, memórias e histórias de família. Examinamos as fontes literárias – peças teatrais, poemas líricos e contos – que, quaisquer que sejam suas relações com a vida real dos indivíduos, mostram-nos os sentimentos e reações que os autores consideravam plausíveis num determinado período. Já os camponeses, dos quais, no século 16, noventa por cento não sabiam escrever, deixaram-nos poucos documentos sobre sua vida privada. Os diários e histórias de família que chegaram até nós são escassos: uma ou duas linhas sobre nascimentos, mortes e o tempo climático. (DAVIS, 1987, p. 17-18).

A documentação disponível sobre o caso de Martin Guerre era escassa e lacunar, como praticamente toda vida camponesa do século XVI. O caso analisado em seu livro tinha somente duas fontes: os dois relatos de juízes que acompanharam o caso de falsa identidade. Para resolver o problema com evidências, Davis estabeleceu argumentos conjecturais que a contigüidade das fontes permitiu e, por outro, construiu uma narrativa usando verbos condicionais e advérbios que expressam a dúvida como

“talvez” e “certamente” ou expressões como “pode-se conjecturar” e “meu palpite”.

Davis não mudou de ofício ao escrever o livro dessa forma, ela problematizou a relação entre provas e possibilidades, entre invenção e criação, verdadeiro e verossímil, inferência e especulação. Lembremos que invenção, segundo Davis, refere-se a uma ação criativa, a um procedimento analítico frente às lacunas documentais. Mais do que provas, esse tipo de trabalho apresenta um trabalho de possibilidades interpretativas. Já que muitas vezes não é possível ter acesso a testemunhos de um fato, a invenção, a que se refere Natalie Davis, diz respeito a um procedimento metodológico cujo recurso às analogias e às conjecturas é uma estratégia decorrente da contiguidade das fontes.

Continuando por essa linha reflexiva, mas voltando à produção intelectual de Carlo Ginzburg, precisamente à obra intitulada *Os andarilhos do bem* (1966), nos deparamos com o estudo da mudança das atitudes religiosas dos camponeses antigos em vista da pressão exercida pela Inquisição. A investigação sobre os “andarilhos” ou os *benandantis*, como eram chamados, se circunscreve à região do Friuli, nordeste da Itália, e ao período que se estende do final do século XVI até meados do século XVII. Ao focalizar um culto fundamentalmente agrário de raízes pagãs dessa época, Ginzburg capta as manipulações sutis operadas pelos mecanismos de repressão para transformar tal prática num culto diabólico: “No caso do Friuli, pode-se afirmar com segurança que a bruxaria diabólica se difundiu como deformação de um culto agrário anterior.” (GINZBURG, 1988, p. 11).

Valendo-se de fontes inquisitoriais, o autor percorre o trajeto de refiguração de vozes camponesas, sufocadas pela mentalidade deformadora dos inquisidores e, a partir de ideias aparentemente soltas e desconexas, constrói o vasto tecido de crenças populares da época: “[...], essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juízes nos interrogatórios e aquela oferecida pelos acusados permite alcançar um estrato de crenças genuinamente populares, depois deformado, anulado [...] pela ferocidade e superstição dos juízes.” (GINZBURG, 1988, p. 8-9).

A esse rito agrário sobrepõe-se, nas confissões dos *benandanti*, um complexo cultural de origem bem diversa da do quadro diabólico. Testemunhas como Moduco e Gasparutto afirmam que a companhia dos andarilhos é obra divina, “quase um exército da fé instituído por Deus (“nós acreditamos que tenha sido dado por Deus porque nós combatemos pela fé cristã”); à sua frente está, segundo Gasparutto, um anjo do Céu; nela, de acordo com Moduco, invocam-se piedosamente Deus e os santos, [...]” (GINZBURG, 1988, p. 46). Ou seja, com tais confissões constatamos de imediato que as narrativas das bruxas e feiticeiros eram emitidas para fantasiar as informações arrancadas pelos juízes do tribunal inquisitorial.

Já na obra *O queijo e os vermes* (1986), a qual fez Ginzburg ser bastante conhecido no meio acadêmico, demonstra-se como a visão de um moleiro perseguido pela inquisição chamado Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, pode ajudar compreender algo maior do que ele, ou seja os mecanismos da sociedade na qual ele vivia, bem como a mentalidade da sua época. Ginzburg observa que é graças a uma exceção, a de que Menocchio sabia ler, que ele pôde driblar a raridade dos indícios comportamentais e cognitivos das classes camponesas do passado, tornando possível contar uma outra história do moleiro de Friul, “que morreu na fogueira por ordem do Santo Ofício, após uma vida que transcorreu na mais completa obscuridade” (GINZBURG, 2006, p. 7).

É com base nos autos de dois processos movidos contra ele que é montado o “rico painel de seus pensamentos e de seus sentimentos, de seus devaneios e de suas aspirações” (GINZBURG, 2006, p. 7), aos quais se juntam outros documentos relativos a sua vida de artesão, a sua família, e também a suas leituras. Para exemplificar a relevância da atenção a tais singularidades, ouçamos Ginzburg explorar os significados possíveis suscitados pelos dados de leitura de Menocchio:

Nos discursos de Menocchio vemos emergir, como que por uma fenda no terreno, um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível. Este caso, diferentemente dos outros examinados até aqui, envolve não só uma reação filtrada pela página escrita, mas também um resíduo irreduzível de cultura oral. Para que essa cultura diversa pudesse vir à luz, foram necessárias a Reforma e a difusão da imprensa. Graças à primeira, um simples moleiro pôde pensar em tomar a palavra e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e sobre o surgimento do mundo. Graças à segunda, tivera palavras à sua disposição para exprimir a obscura e inarticulada visão de mundo que fervilhava dentro dele. [...]. Desse modo, viveu pessoalmente o salto histórico de peso incalculável que separa a linguagem gesticulada, murmurada, gritada, da cultura oral, da linguagem da cultura escrita, desprovida de entonação e cristalizada nas páginas dos livros. Uma é como o prolongamento do corpo; a outra é coisa da mente. A vitória da cultura escrita sobre a oral foi, acima de tudo, a vitória da abstração sobre o empirismo. Na possibilidade de emancipar-se das situações particulares está a raiz do eixo que sempre ligou de modo inextricável escritura e poder. (GINZBURG, 2006, p. 127-128).

O autor procura reconstruir, por meio das reflexões dos livros do moleiro que foram registrados em seu processo inquisitorial, um contexto cultural e intelectual perdido. As ideias de Menocchio, em especial as ideias provenientes da sua grade de leitura, faziam emergir um extrato cultural desaparecido de uma cultura camponesa.

A excepcionalidade e a singularidade do moleiro tornavam-se uma via de acesso, uma sonda para explorar um contexto cultural que ainda hoje não se conhece muito precisamente:

Com quem foi que começou a pensar [coisas consideradas pelos padres pagãs e profanas]? – quis saber logo a seguir o inquisidor. Só depois de uma longa pausa (*post longam moram*) Menocchio disse: “Não sei”. Menocchio, portanto, deve ter falado [grifo nosso] com alguém sobre questões religiosas proibidas quinze ou dezesseis anos antes – em 1583, provavelmente, porque no início do ano seguinte fora encarcerado e processado. São grandes as possibilidades de que se tratasse da mesma pessoa que havia emprestado a Menocchio um de seus livros incriminados, o *Decameron*. (GINZBURG, 2006, p. 58).

Os registros dos tribunais diocesanos estão cheios de casos matrimoniais, que vêm sendo utilizado pelos historiadores para tentar compreender, em partes, como os aldeões e a população urbana manobravam e pensavam no interior do rigoroso mundo da lei e dos costumes religiosos do século XVI europeu. É possível observar nos grifos da citação acima, a cautela de Ginzburg ao abordar os indícios de um processo inquisitorial, deixando de lado qualquer tipo de afirmação ou certeza a respeito do moleiro acusado, mas não deixando, por isso, de se envolver produtivamente com os aspectos referenciais da sua história privada.

O estudo sobre o pensamento de Menocchio resulta mais propriamente de um labor que “não deveria levar à rejeição das generalizações históricas; deveria, sim, levar a repensá-las”. (MITIDIERI-PEREIRA, 2007, p. 201). Nesse sentido, segundo o historiador italiano, as confissões do moleiro possivelmente dão a entender, “a irredutibilidade de parte de seus discursos a esquemas culturais conhecidos [o que nos faria cair na leitura de um Menocchio diabólico] apontando para um estrato ainda não examinado de credices populares, de obscuras mitologias camponesas” (GINZBURG, 2006, p. 19): Menocchio confessava perante comissões inquisitoriais, que o universo havia sido criado de um colossal queijo podre e que Deus e os anjos eram originariamente vermes que habitavam seu interior. Na análise do historiador, aquele relato registrava, assim, um conflito entre duas culturas [cristã-mística] que ainda habitavam, no século XVI, espaços similares.

De um lado, no léxico dos registros, está representada a cultura dos inquisidores, erudita, de saber clerical, que tendia a classificar as ideias do moleiro segundo diagramas cultos de conhecimento, com seus tratados de demonologia, seus bestiários e processos inquisitoriais anteriores. E do outro lado, a cultura de Menocchio, popular, com raízes em remotas tradições camponesas, as quais davam uma

interpretação amplamente não canônica à origem católica do mundo.

Portanto, Ginzburg mostra que as reflexões desse moleiro remetem a um ideário disperso na cultura oral camponesa, da mesma forma que se relacionam com as de grupos intelectuais da época estudada, em conformidade ou discordância ao pensamento hegemônico naquele contexto. Diante desse conflito cultural, os juízes não hesitaram e emitiram a sentença que considerou Menocchio um heresiarca, determinando, entre outras coisas, que ele permanecesse o resto da vida no cárcere, à custa dos filhos.

Além do caso de Menocchio, Ginzburg nos dá a conhecer algumas histórias segundas, importantes para a compreensão da cosmogonia do ser histórico retratado em *O queijo e os vermes*. Entre tais narrativas destaca-se a prisão do herético Paolo Ricci, em 1540, por andar subvertendo os camponeses de Modena. No mesmo conjunto, situam-se os “profetas visionários, pregadores ambulantes que entre o fim do século XIV e o início do século XV tinham proclamado estranhos vaticínios” (GINZBURG, 2006, p. 131). São todos personagens engolidos por essa onda de demonização da cultura dos estratos populares.

Ao publicar *História noturna: decifrando o sabá* (1989), Ginzburg realizou seu último livro a respeito da cultura popular. Na busca das raízes folclóricas do sabá o autor estudou, mais uma vez, a feitiçaria e os cultos agrários, contudo o objeto foi expandido para muito além das fronteiras do Friuli, região em que se desenrolaram os processos contra os *benandanti* e contra Menocchio.

Nessa obra, Ginzburg nos sugere pensar sobre a inexistência de uma verdadeira seita de bruxas e feiteiros de forma mais sistematizada, mesmo diante da “uniformidade das confissões em que emergem a imagem do sabá como uma prova de que os integrantes dessa seita estavam espalhados por toda a Europa” (GINZBURG, 1991, p. 10). Para o historiador italiano o estereótipo do sabá sugere a própria mentalidade dos juízes inquisitoriais, que viam a possibilidade de arrancar dos imputados, por meio de pressões físicas e psicológicas, denúncias em série, as quais, por sua vez, desencadeavam verdadeiras ondas de caça às bruxas.

Diante desse impasse, o próprio campo simbólico dos processos inquisitoriais fica em aberto perante as atitudes dos indivíduos acusados de bruxaria, atitudes essas ignoradas pela grande maioria dos investigadores que insistem em reproduzir o imaginário documentado pelos inquisidores⁸. Quase não se detinham nas coisas em que aqueles homens e mulheres acreditavam, ou declaravam acreditar.

É significativo o fato de muitos investigadores terem descartado de maneira tácita a possibilidade de, pelo menos em parte, alcançar por meio do sabá as estruturas mentais sublunares da crença popular. Sem dúvida, o sabá é revelador, mas revelador

de um estrato cultural “menos inacessível”: o da sociedade circunstante. Por intermédio do simbolismo do sabá, eram os discursos da sociedade campesina que eram omitidos ou dissimulados na íntegra. Essa interpretação é, sem dúvida, no mínimo plausível.

Frente a esse e outros desafios colocados pela polissemia dos registros históricos, não devemos negar a efetividade da microanálise, ainda mais numa época em que as estruturas intermediadoras de fenômenos diversos em escala mundial parecem tão evidentes. Com isso, devemos concordar que um modelo historiográfico é válido enquanto propõe uma articulação de sentidos variáveis, verificando criticamente o corpo social e cultural que é o objeto da própria inscrição documental.

Não poderíamos nos proteger contra o relativismo nominalista ignorando as formas expressivas e os problemas de interpretação histórica que elas implicam. No entanto, cremos que “a melhor defesa analítica de uma realidade histórica poderia passar pela integração na análise de processos sociais dos quais as ações e as expressões são aspectos essenciais: uma imagem não é apenas o produto de uma outra imagem, está também associada a uma situação que ela exprime e organiza ao mesmo tempo.” (GRENDI, 1998, p. 261).

Mas, longe desse caráter mediador, um sonho de controle e apropriação plena do passado ainda habita muitas cabeças, que idealizam a construção de modelos e a busca de invariantes ou leis gerais para explicar a totalidade do passado. Com esse anseio problemático, emerge a necessidade de se pensar o estatuto de uma história que fosse menos redutora. Em vista disso, mostramos ao longo deste artigo que a micro-história é uma vertente do fazer historiográfico que não se limita a construir modelos, mas se fundamenta nas diferenças perceptivas em termos mais compreensivos relativamente a esses modelos.

Por fim, nos parece mais do que evidente que a prática micro-histórica é hoje uma das correntes historiográficas mais vivas e uma das mais fecundas tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista narrativo: o espaço de escolha de uma escala de observação se baseia na convicção de que há a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos, renovando as categorias interpretativas e suas verificações documentais.

Contudo, por mais que nos esforcemos para abarcar nossa história ou a história de nossos antecessores, haverá sempre pontos obscuros, sinais indiciários pouco explorados, que sempre outro historiador, munido de outras questões e teorias, poderá vir a perceber diferentemente. Isso reforça mais ainda a importância atual da micro-história, pois ela nos incita a conhecer uma abordagem plural das mentalidades e das representações, que surgem em função dos sentidos possíveis das fontes históricas.

Portanto, a história-problema está tão atenta ao peso das estruturas discursivas que articulam o passado, quanto o está a micro-história à iniciativa e à capacidade de negociação dos agentes históricos em situações de omissão, incerteza ou ampliação do campo de significados. Logo, devemos pensar num vínculo mais produtivo e menos radical entre as instâncias historiográficas colocadas frente a frente neste estudo, salvaguardando as potencialidades investigativas da micro-história em fazer dos registros não somente uma inscrição falsa ou manipulada, uma marca tropológica produzida em prol de efeitos e interesses alheios, mas uma ferramenta cognitiva para tecer apropriações e desapropriações dos sentidos históricos.

NOTAS

- ¹ Doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduado em História e Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Faz parte de grupos de pesquisa como o NEP (Núcleo de Estudos Portugueses da UFV) e o Mare Liberum (Centro de Estudos e Referências de Cartografia Histórica da UNICAMP).
- ² A chamada escola dos Annales é um movimento historiográfico iniciado nas décadas de 1920 e 1930 que se constitui em torno do periódico acadêmico francês Annales d'histoire économique et sociale, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.
- ³ A micro-história é a escola historiográfica italiana que começou a surgir primeiramente nos artigos intitulados *Quaderni Storici*, na década de 1970 e depois pela criação da coleção chamada *Micro-História* dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi em 1981. Observemos, entretanto, que está paralelamente em operação certas avaliações que se dirigem também ao universo do micro: “cito o boom das histórias da família, o modelo de uma história social como prosopografia generalizada, a técnica de estudo fundamentada na análise de microepisódios e na reconstrução de biografias ilustrativas, a “história de vida”. (GRENDI, 2009b, p. 44).
- ⁴ Nos remetemos aqui principalmente à obra *Vivência, expressão e compreensão no mundo histórico* (1824).
- ⁵ Ora, esse método indiciário fez a felicidade do detetive Sherlock Holmes e, após ele, de todos os autores de romances policiais. Freud reconhece aí uma das fontes da psicanálise, habilitada a adivinhar as coisas secretas e escondidas a partir de traços subestimados ou que não são levados em conta, a partir da observação.
- ⁶ Ginzburg define a noção aristotélica de entimema como o núcleo de prova. Ele próprio cita Aristóteles a respeito desse conceito: “[...] de fato, apenas as provas são um elemento constitutivo, todos os outros elementos são acessórios. Eles [os sofistas], pelo contrário, não dizem nada acerca dos entimemas, que são o núcleo da prova, [...]. (Retórica, 1354, a).” (GINZBURG, 2002, p. 57). Segundo Aristóteles, o entimema, ou silogismo abreviado, pode provir de quatro referências: “o verossímil (eikos), o exemplo (paradeigma), a prova necessária (tekmeria) e o signo (semeion). As únicas conclusões irrefutáveis são as formadas por meio de entimemas baseados em provas necessárias (tekmeria)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 34). Dos entimemas fundamentados nos pontos restantes, porém, só é possível

tirar conclusões ligadas à prova necessária e que permanecem no campo do provável. As possibilidades históricas partem sempre de uma prova necessária (tekmeria) e isso faz a diferença no momento inferencial da significação dos processos históricos.

⁷ Essa interpretação à obra de Ginzburg se sustenta até hoje, pela insistência de alguns investigadores em querer tomar a micro-história como um projeto holista. Para entrar em contato com essa leitura, ver o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. O caçador de bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. In: SAECULUM – Revista de História, João Pessoa, n. 21, 2009, pp. 45-63.

⁸ A famosa investigação de Keith Thomas, *Religião e o declínio da magia* (1971), não se afasta, no fundo, dessa tendência.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. 17ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro. 2005

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marco Cezar de. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez; USF-IFAN, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. S/ trad. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Tradução de Nilson Moulim Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. Tradução de Henrique Espada Lima. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009a, pp. 19-38.

GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. Tradução de Henrique Espada Lima. In:

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009b, pp. 39-50.

GUERIOS, Alexsander João. *Os Annales e a Micro-história - um viés historiográfico pelas obras do historiador italiano Carlo Ginzburg*. Monografia do Curso de História da UFPR. Curitiba, 2011.

LEVI, Giovanni. Os perigos do Geertzismo. In: *História Social*, Campinas, n. 6, 1999, pp. 137-148.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetórias de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Prefácio. Tradução de Ângela Brandão. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009a, pp. 11-16.

LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra no Piemonte do Antigo Regime. Tradução de Ângela Brandão. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009b, pp. 51-86.

LIMA, Henrique Espada. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, pp. 131-154.

MITIDIERI-PEREIRA, André Luiz. O tempo romanesco na micro-história de um moleiro perseguido pela inquisição. In: *História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, 2007, pp. 196-202.

OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. São Paulo: Dissertação apresentada na FFLCH-USP, 2010.

REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. In: *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006, pp. 17-40.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. O labirinto da realidade, os princípios da história e as regras da historiografia. In: *Vária História*. Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009, pp. 335-344.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros. In: *Dimensões*. Espírito Santo, v. 30, 2013, pp. 17-51.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história*. Tradução de Aida Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um "giro linguístico" em torno de Carlo Ginzburg, Hayden White e Eric Auerbach. In: RAGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique Faria; ARAUJO, Valdeci

Lopes de. *Anais do 6.º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro lingüístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2012, s/p.